



ESTAÇÃO

# DIVERSIDADE Nº 5

Uma publicação do Sindicato dos Metroviários e Metroviárias de SP

FEVEREIRO E MARÇO/2025

[f/MetroviariosSP](https://www.facebook.com/MetroviariosSP)[i/metroviarios\\_SP](https://www.instagram.com/metroviarios_SP)[www.metroviarios.org.br](http://www.metroviarios.org.br)

## Mulheres nos trilhos

# A História do transporte sobre trilhos também é História das mulheres



Desde metade do século XIX as mulheres trabalham no transporte sobre trilhos. Seja trabalhando no assentamento de trilhos ou nos telégrafos durante a Guerra Civil Norte-Americana, nas estações e nas engrenagens na Inglaterra durante a Primeira Guerra Mundial, passando pelos anos 1980 com a primeira mulher operando trem no Brasil no Metrô de São Paulo até os dias de hoje, as mulheres vêm fazendo História na mobilidade sobre trilhos da população brasileira e mundial.

Ainda assim, ser operadora de trem não era considerada uma profissão para as mulheres. Era uma profissão tida como masculina. E o capitalismo e o machismo só concebiam as profissões de cuidados (babá, professora, enfermeira, faxineira) para as mulheres. Até hoje as mulheres,

principalmente as negras, estão nos piores postos de trabalho.

Segundo reportagem da Confederação Nacional do Transporte, quando a ex-operadora do Metrô de São Paulo Maria Elisabeth de Oliveira decidiu entrar para o ramo, em 1986, não havia nenhuma mulher em posição de comando de trens no Brasil. Porém, havia muitas pessoas do sexo feminino brigando para serem operadoras. Foi quando participou de um concurso interno e passou. Na ocasião, três mulheres foram admitidas para o cargo. Ela lembra das dificuldades no início da profissão, porque os colegas homens não aceitavam a presença feminina: “Eles achavam que a gente ia tomar o lugar deles e que não íamos acrescentar. Era um pensamento machista. Muitos operadores achavam que não era

serviço para mulher. A gente provou, com o decorrer dos anos, que isso não era verdade”. A pressão era tanta que a operadora perdeu as contas de quantas vezes chorou quando chegou a sua casa para desabafar sobre a situação. O preconceito também vinha dos passageiros, que, muitas vezes, esperavam um operador do sexo masculino na cabine para embarcar.

Além disso há mulheres em todos os setores do Metrô de São Paulo, embora em menor número. Fazem a segurança, a manutenção, a limpeza, atendem nas estações, operam trens, tratam a saúde e trabalham nos mais diversos cargos administrativos. É uma luta constante das mulheres trabalhadoras e permanece atual. Temos que lutar por igualdade de oportunidades e de direitos, como cota mínima nos concursos e mais oportunidades igualitárias.

## 8 de Março - Dia Internacional da Mulher: **manifestação no MASP!**

**Nossa luta é todo dia! O dia 8 de março representa uma importante história, de mulheres que arrancaram conquistas e lutaram por sobrevivência**

Mulheres trabalhadoras vítimas do capitalismo e da opressão machista e misógina.

Mulheres negras que lutavam por sua libertação em busca de existência.

Mulheres trans e travestis no grito para a visibilidade!

Mulheres de todos os cantos, mulheres de todas as formas, mulheres da classe trabalhadora, a

nossa unidade é além da luta pelo fim da opressão machista, mas é também o fim da exploração capitalista que nos divide enquanto classe e enquanto gênero!

# Quem tem medo de banheiro?

**Por volta dos anos 1950, os banheiros divididos por gênero já eram uma realidade. Não só por gênero, mas por raça: eram banheiros para homens brancos no Senado, para homens pretos em oficinas mecânicas, para mulheres brancas em mercearias e para mulheres negras na casa da família para qual elas trabalhavam. Não só banheiros, eram bancos, salas, mercados. Os espaços públicos sempre foram uma forma de controle social, não só de raça e gênero, mas classe**

O mictório não tem razão de existir se não por uma necessidade capitalista de utilização do tempo e recursos ou, pior ainda, como esse espaço de masculinização, de medição de força, de constrangimento, de controle político. Afinal a privada é a mesma na cabine do banheiro que for, mas quando restringimos o acesso a determinados corpos ou escolhendo onde atuam estamos criando uma realidade social que não existia por si. Perceba, o conceito de gênero e raça, socialmente, não tem determinação biológica intrínseca alguma, mas com certeza cria a estrutura que a acolherá. Nada na nossa biologia obriga homens com pênis a usarem mictório e mulheres com vagina a usarem a privada, tanto que hoje em dia já existem próteses (como “pipizito”) que possibilitam que pessoas com vagina utilizem o banheiro em pé para urinar.

A nova pauta da direita para assustar o imaginário coletivo é a figura da pessoa trans assediadora nos banheiros. A teoria implica que um homem, “travestido” de mulher, entraria em um banheiro feminino para assediar mulheres e crianças, se escondendo atrás do direito constitucional de acessar o banheiro de acordo com o gênero que você se identifica. Apesar de já terem acontecido casos isolados de homens cis que cometeram tal crime, foram executados por homens cisgêneros assediadores,

não por pessoas trans e não há nenhuma justiça em transferir essa culpa para uma população já minorizada.

A extrema violência se reflete nos alarmantes índices de expectativa de vida, que não ultrapassam os 35 anos. Mulheres trans pobres e pertencentes à classe trabalhadora são constantemente empurradas para uma morte precoce, seja pela brutalidade dos assassinatos, seja pela condição de miséria a que são relegadas. Essa realidade não é uma questão de opinião ou sentimento, mas um fato concreto e cotidiano.

Discursos como os do deputado Nikolas Ferreira (PL – MG), que ironiza e acusa mulheres trans de serem homens com más intenções, supostamente querendo invadir espaços femininos para benefício próprio, alimentam essa violência. Vale questionar, porém, que tipo de vantagem poderia existir, considerando que a vida dessas mulheres é marcada pelo desemprego, marginalização e constantes violações de direitos.

Trazendo para o cenário do banheiro, se for uma pessoa transmasculina com vagina que deseja utilizar o banheiro masculino, para onde será transferida essa ameaça? Para outro homem cis que pode assediar essa pessoa no próprio banheiro masculino. Fica nítido





que o problema não será a pessoa trans. O assédio é machista e construído socialmente como dispositivo de controle, ele sim deve ser questionado e resolvido.

A pessoa deve utilizar o banheiro o qual se sentir mais confortável e acolhida. Isso não significa que todo homem trans usará o masculino, nem toda mulher trans usará o feminino, essa é uma escolha muito pessoal. Uma pessoa trans com vagina, por medo do próprio assédio no banheiro masculino, pode, por exemplo, utilizar o banheiro feminino, essa escolha não define a identidade de gênero de cada pessoa trans ou cis.

E que banheiro deve ser utilizado pela pessoa não-binária? Ela deve segurar até estar em casa tal qual as mulheres faziam até os anos 79 no Senado brasileiro? A necessidade de banheiros, vestiários e provadores sem gênero, individuais e seguros é urgente. Abandonemos o medo irracional e construído de pessoas trans e encaremos o problema de fato.

# Sair do armário: necessidades e limites

**A**o contrário do que o imaginário popular diz, “sair do armário” não é um processo linear e definitivo. A leitura social que fazem do indivíduo dita um olhar pré-concebido daquele corpo, o esperado da dita “normalidade” é que uma pessoa seja branca, sem deficiência, heterossexual e cisgênera (de “preferência” homem), qualquer desvio desse esperado necessita socialmente de uma “saída do armário”. Saia do armário você também, pessoa branca cis hêtera!

O primeiro passo normalmente é “sair” para si, admitir que você se identifica de determinada forma. Depois, é encontrar um espaço e pessoas seguras para compartilhar essa característica. E, por fim, sair publicamente desse armário fictício.

Porém, esse exercício é não-linear e constante, uma vez que em conversas triviais, como contar o seu dia para um colega de trabalho, pode exigir trazer essa característica para a conversa (e nem sempre o local possibilita essa expressão) e exige uma série de fatores como autoaceitação, segurança financeira, material e psicológica para lidar.

Pesquisas recentes apontam que 60% de trabalhadores(as/us) formais não se sentem confortáveis para falar sobre essas temáticas no local de trabalho e que falar “aumenta a satisfação no trabalho, a intenção de ficar e o apoio emocional dos colegas de trabalho, enquanto ficar ‘no armário’ tem custos – tanto para o indivíduo quanto para a empresa.”

Como uma pessoa acolhedora, o que resta fazer é sempre que possível não presumir algum traço de outra pessoa, seja raça, gênero ou sexualidade; sempre que houver dúvidas, perguntar para a pessoa em um momento oportuno e respeitoso; pensar que sempre pode ter uma pessoa ouvindo que pode ser ofendida, seja por “estar no armário”, ter consciência da violência ou ter proximidade com quem a sofre, cuidado com piadinhas e comentários, se ofende alguém, não tem porque fazer; não é “mimimi”, é regra básica de convivência humana comunitária.



**EXPEDIENTE:** Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de SP. *Sede:* R. Padre Adelino 700 – Belém. CEP 03303-000 – São Paulo – SP. *Fone:* (11) 2095-3600. *E-mail:* sindicato@metroviarios-sp.org.br. *Presidente:* Camila Lisboa. *Secretaria de Diversidade Sexual e Identidade de Gênero:* Luan Marchesi Leal Amorim (Luna). *Secretaria de Assuntos da Discriminação Racial:* Maria Clara Pereira Soares. *Secretaria de Assuntos da Situação da Mulher:* Daniela Possebon. *Diretor de Imprensa:* Alex Fernandes. *Revisão:* Rogério Malaquias, MTb 21.307-SP. *Arte:* Maria Figaro, MTb 25.888-SP. *Tiragem:* 500 exemplares. [www.metroviarios.org.br](http://www.metroviarios.org.br)

# Criança não é mãe, estuprador não é pai

Recentemente, em janeiro, a Justiça brasileira barrou a suspensão da resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) que trata sobre o atendimento de vítimas de violência sexual nos casos de aborto legal.

O documento do Conanda estabelece diretrizes para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, com foco na gravidez infantil. A norma estabelece protocolos para a interrupção da gestação, como a prioridade de crianças e adolescentes nos serviços de aborto legal “sem a imposição de barreiras sem previsão legal”. A resolução afirma que o acesso a informações claras e imparciais sobre a interrupção da gestação é direito da criança e do adolescente “sendo vedada conduta diversa com base em convicções morais, políticas, religiosas e crenças pessoais”.

Aprovada em dezembro de 2024, a norma fixa diretrizes para a ação dos órgãos do Estado diante de ocorrências de interrupção legal da gravidez. No país, o aborto é permitido quando há gestação resultante de estupro, fetos anencéfalos e risco de morte à gestante.

A resolução entrou na mira de parlamentares e ativistas conservadores e foi



Foto: arquivo/Sindicato

alvo de um vaivém judicial após ser aprovada. A judicialização do caso partiu da senadora de ultradireita bolsonarista Damares Alves (Republicanos – DF), que havia obtido uma liminar derrubando a norma. O governo federal atual também não respeitou o direito ao atendimento humanizado a crianças e adolescentes estupradas e pediu, através da Casa Civil, vistas da norma com posicionamento contrário à resolução, porém o juiz negou e a nova decisão judicial cancelou a suspensão.

Segundo relatório da Unicef e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre 2021 e

2023 foram registrados 164.199 estupros no Brasil.

Em 77 países o aborto é permitido mediante solicitação da gestante. Segundo a organização Centro de Direitos Reprodutivos, esse número representa 34% do total de mulheres em idade reprodutiva em todo o mundo. A experiência de países que legalizaram e garantiram o acesso gratuito ao aborto mostra que essa medida, quando acompanhada de políticas públicas de educação sexual, planejamento reprodutivo e oferta de métodos contraceptivos eficazes, não apenas protege vidas, ao permitir que mulheres interrompam gestações indesejadas de forma segura, mas também contribui para a redução das taxas de gravidez não planejada e até mesmo do próprio aborto.

Portanto, a questão do Aborto é de Saúde Pública. É fundamental implementar uma política global de saúde sexual e reprodutiva para as mulheres, que inclua educação sexual para a tomada de decisões, acesso a métodos contraceptivos para a prevenção e a garantia de aborto legal, seguro e gratuito para preservar vidas.

## Aumento da tarifa é mais exclusão

O aumento da tarifa para R\$ 5,20 (metrô e trem) e para R\$ 5,00 (ônibus) é abusivo, muito acima da inflação e completamente inaceitável.

Se a tarifa aumentasse de acordo com a inflação (começando a contar de 1994, quando foi instituído o Plano Real), hoje ela custaria R\$ 3,00. Mesmo assim, o transporte é um serviço público que não deveríamos pagar utilização, visto que realizamos pagamentos de impostos para os cofres públicos os subsidiarem.

O que os governos têm feito, além do aumento das tarifas, é superlotação, precarização, demissões dos trabalhadores do transporte, para justificar uma privatização descabida e injetar dinheiro público no setor privado.

A privatização do transporte público é



Foto: arquivo/Sindicato

a responsável pelos aumentos abusivos. Os contratos de concessão das linhas de trem e metrô comprometem o Estado a pagar uma tarifa de remuneração para as concessionárias, que tem um valor maior do que o preço da tarifa. Para as empresas de ônibus, os subsídios também são altíssimos.

Ou seja, o poder público se compromete com o lucro das empresas e vai pegar o dinheiro no bolso do povo trabalhador.

Existem 63 cidades no Brasil com tarifa zero nos ônibus e uma cidade com tarifa zero no metrô (Teresina/PI). A experiência da tarifa zero mostra que: os custos para as contas públicas não são maiores do que os rios de dinheiro que o Estado despeja para as empresas privadas de ônibus, trem e metrô. E a contrapartida é a população tendo maior acesso aos direitos sociais.

**Não devemos aceitar esses aumentos e sim continuar lutando contra a privatização do transporte público. Contra o sucateamento e pela manutenção de nossos empregos! Tarifa zero já!**